



Junio 2018 - ISSN: 1696-8360

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM NAÇÕES SUBDESENVOLVIDAS NA VISÃO DOS INSTITUCIONALISTAS, HUMANISTAS SOCIAIS E DOS CEPALINOS¹

Wagner de Paulo Santiago²

Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial (UNIMONTES-MG-Brasil)

wagner.santiago@unimontes.br

Monica Nascimento e Feitosa³

Docente da UNIMONTES e Doutoranda em Desenvolvimento Social (UNIMONTES-MG-Brasil)
monfeitosa@yahoo.com.br

Guélmer Júnior Almeida de Faria⁴

Doutorando em Desenvolvimento Social (UNIMONTES-MG-Brasil)
guelmerjrf@yahoo.com.br

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Wagner de Paulo Santiago, Monica Nascimento e Feitosa y Guélmer Júnior Almeida de Faria (2018): "O desenvolvimento econômico em nações subdesenvolvidas na visão dos institucionalistas, humanistas sociais e dos cepalinos.", Revista Contribuciones a la Economía (abril-junio 2018).

En línea: <https://eumed.net/ce/2018/2/desenvolvimento-economico.html>

Resumo: O presente artigo se propõe a apresentar os estudos dos pesquisadores: Chang (2004), Sen (2000), Myrdal (1960), incluídos aqui no grupo dos institucionalistas (humanistas sociais) e do grupo Cepalino: Prebisch (2000), Cardoso e Faletto (2000) acerca das causas e das consequências do subdesenvolvimento econômico das regiões periféricas. Assim, através de uma pesquisa descritiva e bibliográfica, opta-se por confrontar três grupos de autores, um com uma visão do desenvolvimento via institucionalizada, humanista social, cujas bases se fundam no Estado do Bem-Estar Social e nas capacidades humanas; e o grupo Cepalino com forte apelo à evolução do sistema produtivo e de acumulação de capital. Ao fazê-lo, alguns se apóiam em Marx; outros, em Adam Smith e, outros, em Keynes. Há um grupo ainda que transita entre um profundo desenvolvimento do senso da liberdade e do humanismo, enquanto outros o fazem de maneira descontraída, mas, ao mesmo tempo, de forma didático-científica, centrados em pesquisas relevantes. Ao final, elabora-se um quadro síntese onde se verifica que, apesar da seriedade e peso dos diversos pensadores, não foi possível demonstrar

¹ Optamos por confrontar dois grupos de autores, um com uma visão do desenvolvimento via institucionalizada, ao qual denominamos de grupo dos institucionalistas (humanistas sociais) composto por: Ja-Hoon Chang, Amartya Sen e Gunnar Myrdal, cujas bases se fundam no Estado do Bem-Estar Social e nas capacidades humanas. E o grupo Cepalino com forte apelo à evolução do sistema produtivo e de acumulação de capital, representados por: Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e Raul Prébisch.

² Doutor em Administração (UFMG), Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e Estratégias Empresariais da Universidade Estadual de Montes Claros-MG, Brasil.

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros-MG, Brasil. Professora do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros-MG, Brasil.

⁴ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros-MG, Brasil. Bolsista CAPES.

soluções para os bolsões de pobreza presentes nos países subdesenvolvidos, nem tornar menos tensa a vida dos cidadãos do Primeiro Mundo.

Palavras-chaves: Desenvolvimento econômico, subdesenvolvimento, centro-periferia.

EL DESARROLLO ECONÓMICO EN NACIONES SUBDESENVOLVIDAS EN LA VISIÓN DE LOS INSTITUCIONALISTAS, HUMANISTAS SOCIALES Y DE LOS CEPALINOS

Resumen: El presente artículo se propone presentar los estudios de los investigadores: Chang (2004), Sen (2000), Myrdal (1960), incluidos aquí en el grupo de los institucionalistas (humanistas sociales) y del grupo Cepalino: Prebisch (2000), Cardoso y Faletto (2000) sobre las causas y las consecuencias del subdesarrollo económico de las regiones periféricas. Así, a través de una investigación descriptiva y bibliográfica, se opta por confrontar a tres grupos de autores, uno con una visión del desarrollo vía institucionalizada, humanista social, cuyas bases se fundan en el Estado del Bienestar Social y en las capacidades humanas; y el grupo Cepalino con fuerte llamamiento a la evolución del sistema productivo y de acumulación de capital. Al hacerlo, algunos se apoyan en Marx; otros, en Adam Smith y otros en Keynes. Hay un grupo que transita entre un profundo desarrollo del sentido de la libertad y del humanismo, mientras que otros lo hacen de manera relajada, pero al mismo tiempo, de forma didáctico-científica, centrados en investigaciones relevantes. Al final, se elabora un cuadro síntesis donde se verifica que, a pesar de la seriedad y peso de los diversos pensadores, no fue posible demostrar soluciones a los bolsos de pobreza presentes en los países subdesarrollados, ni hacer menos tensa la vida de los ciudadanos del Primer Mundo.

Palabras clave: Desarrollo económico, subdesarrollo, centro-periferia.

ECONOMIC DEVELOPMENT IN UNDERDEVELOPED NATIONS IN THE VIEW OF INSTITUTIONALISTS, SOCIAL HUMANISTS, AND CEPALINOS

ABSTRACT: The present article proposes to present the researchers' studies: Chang (2004), Sen (2000), Myrdal (1960), included here in the group of institutionalists (social humanists) and the Cepalino group: Prebisch (2000), Cardoso e Faletto (2000) on the causes and consequences of the economic underdevelopment of peripheral regions. Thus, through a descriptive and bibliographical research, one chooses to confront three groups of authors, one with a vision of the development via institutionalized, social humanist, whose bases are based on the State of Social Welfare and human capacities; and the Cepalino group with strong appeal to the evolution of the productive system and capital accumulation. In doing so, some rely on Marx; others in Adam Smith and others in Keynes. There is one group that transits between a deep development of the sense of freedom and humanism, while others do so in a relaxed way, but at the same time, in a didactic-scientific way, centered on relevant research. At the end, a summary table is drawn up showing that, despite the seriousness and weight of the various thinkers, it was not possible to demonstrate solutions to the pockets of poverty present in the underdeveloped countries, nor to lessen the lives of First World citizens.

KEY-WORDS: Economic development, underdevelopment, center-periphery.

JEL: O15

1. INTRODUÇÃO

A pobreza dos países subdesenvolvidos tem preocupado economistas do mundo todo, os quais buscam soluções para sua superação e a dos males que dela decorrem.

Desde o Pós-Guerra, economistas de diversas nacionalidades, culturas e estilos de vida têm tentado, sem sucesso, fazer com que as nações do Centro se conscientizem a respeito das causas do atraso econômico das áreas que até o Século XIX eram consideradas colônias ricas e, após a independência, transformaram-se em países pobres (de periferia).

Segundo Gumiero (2011), o período posterior ao fim da I Guerra Mundial e a crise de 1929 introduz (a partir da crítica ao modelo econômico liberal e o surgimento das estratégias de desenvolvimento planejado e da alternativa keynesiana da regulação econômica) um novo problema de investigação: o tema do atraso e da condição de subdesenvolvimento.

Na realidade, existe também a necessidade de conscientização da população subdesenvolvida (objeto deste estudo), uma vez que a sua estagnação contribui, e muito, para o agravamento do quadro.

Logo, Gumiero (2011: 14) ressalta que:

A teoria do subdesenvolvimento rompe com a interpretação colocada pela teoria econômica clássica, sobre a questão do desenvolvimento econômico. A principal crítica dos teóricos do subdesenvolvimento à teoria liberal foi a de que a divisão internacional do trabalho e as trocas realizadas no mercado internacional entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos favorecem o primeiro grupo e estabelecem desigualdades econômicas.

Assim, esse trabalho tem como propósito de apresentar os estudos dos pesquisadores: Chang (2004), Myrdal (1960), incluídos aqui no grupo dos institucionalistas, Sen (2000) como humanista social e do grupo Cepalino: Prebisch (2000), Cardoso e Faletto (2000) a cerca das causas e das conseqüências do subdesenvolvimento econômico das regiões periféricas.

2. METODOLOGIA

A abordagem metodológica utilizada neste estudo levando em consideração o critério de classificação de pesquisa proposto por Vergara (1998), quanto aos fins e quanto aos meios, tem-se: 1) quanto aos fins: trata-se de uma pesquisa descritiva (utilizando as teorias dos autores que abordaram o subdesenvolvimento sob diferentes enfoques) e 2) quanto aos meios: trata-se de pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo.

Optamos por confrontar três grupos de autores, um com uma visão do desenvolvimento via institucionalizada, outro como humanista social, cujas bases se fundam no Estado do Bem-Estar Social e nas capacidades humanas. E o grupo Cepalino com forte apelo à evolução do sistema produtivo e de acumulação de capital.

Nesse sentido, percebe-se a troca de ideias entre o centro e a periferia permitindo um debate mais intenso sobre o subdesenvolvimento. As teses elaboradas pelos Cepalinos era um olhar de dentro, uma visão nova da realidade e também um campo de resistência. Em certa medida, propõe novas bases teóricas para pensar as condições de pobreza nos países marginalizados pela divisão internacional do trabalho e pelas trocas desiguais com os países desenvolvidos. Os pensadores humanistas sociais pensam o desenvolvimento para além do crescimento econômico e dos seus indicadores quantitativos. Destacam que é preciso intensificar as ações de valorização dos seres humanos através de um sistema de proteção ao cidadão. Em que a pessoa humana é o sujeito central do desenvolvimento, exigindo que os Estados se disponham a cooperar uns com os outros para garantir o desenvolvimento.

3. O desenvolvimento econômico na visão de Ja-Hoon Chang⁵

O Professor Ja-Hoon Chang é especialista em Comércio Exterior e defende a ideia que todo o país que chegou ao topo destrói ou desestimula ideias, conceitos, procedimentos e legislação que possibilitem aos países pobres a atingirem o mesmo estágio por eles alcançado.

Tomando emprestada a expressão “*chutando a escada*”⁶ ele advoga que os países pobres não devem seguir receituário prescrito pelos organismos internacionais: Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) controlados pelos países ricos caso desejem chegar ao “estrelato do sistema capitalista”.

Ja-Hoon Chang após examinar o procedimento de países como Grã-Bretanha, Estados Unidos, Alemanha, França, Suécia, Suíça, Bélgica, Holanda, Japão e os Tigres Asiáticos afirma que todos eles foram protecionistas e que o Estado cumpriu a tarefa de dar-lhes sustentabilidade através de investimentos, legislações, ações bélicas e incentivos quando for o caso.

Aliás, o protecionismo estatal que Ja-Hoon Chang acha que gerou o enriquecimento de países, que hoje reputamos avançados, é o mesmo prescrito nas teorias de Furtado, Prebisch, Myrdall e outros. Daí o valor que reputamos a tais economistas.

Mas isto não foi tudo. Se assim o fosse os países da América Latina teriam decolado para o desenvolvimento. As tarifas latino americanas até a primeira guerra foram altas propiciando elevadas fontes de receitas aos Estados poucos parcimoniosos. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita da América Latina era comparada ao dos Estados Unidos em 1.700 e as taxas de crescimento, desde 1.880, mantiveram-se comparável.

No Brasil não podemos esquecer que os 15 anos de governo protecionista de Vargas (e também de Perón na Argentina) fizeram mais pelo desenvolvimento do país que as longas décadas de “*laissez-faire*” praticadas pela elite agrária entre o final do século XIX a 1.930. Neste período o que vemos constantemente é a socialização das perdas, gastos fúteis e malbarateamento do Estado na gestão do erário.

Também não nos é permitido esquecer que o modelo seguido pelos Tigres Asiáticos – Japão, Coreia do Sul e Taiwan – pequenas ilhas –, é irreproduzível em países de dimensões continentais como o Brasil e a Índia, pois as disparidades regionais são também “continentais” comparadas aos asiáticos bem-sucedidos.

Simplesmente “desobedecer” aos grandes não é o caminho. A escada para o sucesso algum outro instrumento deve ter sido adicionado pelos países adiantados cuja eficácia os subdesenvolvidos não perceberam ou não usaram na dose certa. E mais: as condições que favorecem o protecionismo existente hoje em dia são iguais as de três séculos atrás?

Em favor da teoria de Ja-Hoon Chang não podemos esquecer que os países desenvolvidos nunca experimentaram o que hoje sugerem aos países em desenvolvimento e que, talvez, suas políticas não se mostrariam tão rentáveis, economicamente, hoje em dia.

⁵ Baseado em CHANG, HA-JOON. **Chutando a escada: uma estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. UNESP: São Paulo, 2004.

⁶ CHANG *apud* LIST (1885, p. 295-296), “é um expediente muito comum e inteligente de quem chegou ao topo da magnitude *chutar a escada* pela qual subiu a fim de impedir os outros de fazerem o mesmo”.

Um bom exemplo da ineficácia seriam as instituições irrelevantes, caras e prejudiciais conforme o estágio econômico em que se encontram o país, que os ricos criaram para os pobres obedecerem e que não havia antes. Cada país deve selecionar as instituições que se fazem necessárias ao seu estágio e especificidade sociais, políticas e culturais.

A teoria de Ja-Hoon Chang é institucionalista o que leva a atribuir duas funções ao Estado: administração e empreendedorismo. Ser o construtor de instituições, pois o soerguimento de uma nova estrutura requer o envolvimento do Estado, pois apenas ele pode legalizar os direitos de propriedades e as novas relações de poder. Administração é ser o garantidor dos direitos e o mais importante agente das mudanças que se farão necessários. O mercado, tão importante para os neoclássicos, perderia a liderança, pois o capitalismo como sistema sócio-econômico é constituído de muitas instituições. Os neoclássicos não concedem nenhuma relevância à perspectiva histórica.

O nacionalismo segundo Chang é um dado imprescindível ao desenvolvimento. Nenhum país se desenvolve ou continua desenvolvido sem expressar o sentimento de nação. O sentimento nacionalista significa o conjunto de atitudes que o governo e o cidadão devem assumir quando o objetivo é defender o capital e o trabalho do país em um mundo em que empresas e países competem por novos mercados agressivamente e sem ética.

Isto parece não ter ocorrido com as populações da América Latina: tanto a cúpula milionária se voltou para “*American way of live*”⁷ como a massa desprovida de educação de qualidade. Ambos querem ganhar aqui e investir/desfrutar e esbanjar lá.

4. O desenvolvimento econômico na visão Gunnar Myrdal⁸

A teoria de Myrdal foi muito difundida e do círculo vicioso do atraso econômico e da pobreza explicado através da sua experiência com os negros norte-americanos.

Para ele, somente o Estado pode interromper a causação circular e acumulativa e que sua ausência ou insuficiência acarreta a causação circular, ou seja, a pobreza ou as dificuldades tendem a mudar de local e se concentrarem quando a situação problema se apresenta.

Myrdal se aproxima de Keynes quando explicita a necessidade de intervenção estatal e se distancia da teoria clássica quando nega a eficácia do “*laissez-faire*” e todas as suas ideias. Como Keynes, Myrdal admite o desemprego voluntário e a impossibilidade de equilíbrio tão presente nos países subdesenvolvidos.

Através do seu trabalho: *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas* chegamos a três conclusões:

1º) Sem políticas públicas constantes e ativas a desigualdade tende a crescer nos países e entre os países;

⁷ “Estilo americano de vida” é a expressão aplicada a um estilo de vida que funcionaria como referência de autoimagem para a maioria dos habitantes dos Estados Unidos da América. Seria uma modalidade comportamento dominante estendida para além das fronteiras americanas como importante mecanismo de desenvolvimento pela via do consumo e cultura imposta.

⁸ Baseado em MYRDAL, G. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 2. ed. Saga: Rio de Janeiro, 1960.

2º) O grande alicerce do crescimento econômico é uma maior igualdade na distribuição da renda;

3º) A intervenção do Estado é vital no começo do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, pois desencadeia um ciclo cumulativo de crescimento.

Myrdal que é uma referência para a economia institucionalista é considerado fora de moda pelos teóricos que defendem o “*laissez-faire*”, mercado e outros índices econômicos.

Myrdal (1960) validou sua teoria da “Causação Circular e Acumulativa” de um estudo realizado acerca do problema do negro nos Estados Unidos que pode assim ser sintetizado: o baixo padrão de vida dos negros é mantido pela discriminação dos brancos enquanto por outro lado a pobreza, a ignorância, as más condições de habitação, as deficiências sanitárias, a sujeira, o mau cheiro, a indisciplina, a instabilidade e a criminalidade dos negros estimulam e alimentam a antipatia dos brancos. Aqui aparece o processo acumulativo em descensão.

Porém, se tudo que os brancos repudiam no negro desaparecer, mediante a intervenção do Estado, teria um processo acumulativo em ascensão e também a supressão dos fatores negativos.

Através da causação circular acumulativa conclui-se que uma mudança será reforçada por outra, o que nos leva a concluir que o equilíbrio é instável que levará a intervenção política planejada para torná-lo estável mantendo sob controle o nível da atividade econômica, o nível de emprego e da qualidade de educação.

Infelizmente os países subdesenvolvidos não se esforçaram para a integração nacional como os países desenvolvidos e Myrdal afirma que o Estado deve intervir em alguns setores de forma eficiente já que a iniciativa privada não o faz.

Assim conforme ocorrer o desenvolvimento o Estado reduzirá sua atuação no setor em ascensão e se concentrará em outro carente. O importante é aumentar a capacidade produtiva do país principalmente nos transportes, energia, construção de usinas, de equipamentos leves e pesados sem esquecer a agricultura, a saúde, a educação, a segurança e a capacitação profissional.

Deve ainda, o Estado, ser austero, tributar os ganhos de forma que a poupança do governo possa ser reinvestida. Esta austeridade fiscal afetará ricos e pobres, mas a longo prazo trará um nível de bem-estar satisfatório aos menos favorecidos graças aos investimentos do governo em seguridade social, educação, saúde, segurança e pesquisas.

Não se pode esquecer que todo investimento do Estado deverá gerar empregos formais em vez de concentrar renda nas pequenas faixas mais ricas e, portanto, poderosa da população.

Myrdal estimula o estudo da causação circular em todos os fatores relevantes do sistema social quer sejam econômicos ou não econômicos, pois neles podem residir a causa do desemprego e subdesemprego que assolam os países subdesenvolvidos.

Gunnar Myrdal (1898-19987) Ministro do Comércio da Suécia e assessor econômico das Nações Unidas é juntamente com Amartya Sen, autor da teoria que melhor explica as causas que agitam o mercado, a pobreza, o subdesenvolvimento e a necessidade do Estado entrar em ação. A mudança mais significativa nas políticas estatais dos países subdesenvolvidos é a

conscientização da necessidade de uma política nacional de desenvolvimento econômico. Sua teoria data de 1956, no entanto mantém-se atual.

5. Do desenvolvimento econômico ao desenvolvimento social na visão de Amartya Sen⁹

Para o autor, nascido na Índia, Estado de Bengala, a visão de desenvolvimento nada tem a ver com avanços tecnológicos, modernização, crescimento do PIB, da renda per capita e produtividade. Cifras e médias não definem o desenvolvimento de um país.

O desenvolvimento deve ser visto como expansão das liberdades reais que as pessoas possuem, determinadas pela saúde, educação e direitos civis.

Pobreza é uma complexidade que varia segundo fatores biológicos, sociais, culturais e geográficos. Viver abaixo da renda mínima de 2 a 3 dólares por dia, não significa que alguém é pobre conforme a região da terra em que ele se encontra. Pobre, para Amartya Sen é não ter o rendimento necessário para se prover diante da comunidade em que se vive e nela desenvolver atividades que variam do acesso à terra, à água, à saúde, à educação, justiça, crédito, apoio familiar e grupal, lazer e até respeito pelo sexo feminino e pela idade.

Para Sen (2000: 54):

A eficácia da liberdade como instrumento reside no fato de que diferentes tipos de liberdade apresentam inter-relação entre si, e um tipo de liberdade pode contribuir imensamente para promover liberdades de outros tipos. Portanto, dos dois papéis estão ligados por relações empíricas, que associam um tipo de liberdade a outros.

Por estas ideias influenciou na elaboração do Relatório do Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas. Sen (2000) nos mostra pela abordagem das capacidades que o desenvolvimento de um país está essencialmente ligado às oportunidades que ele oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania. E isso inclui não apenas a garantia dos direitos sociais básicos, como alimentação, saúde e educação, mas também as liberdades associadas com a educação, a participação política, a proibição da censura, entre outras. Consistindo na liberdade de efetivar tipos diversos de funcionamentos.

Assim sendo, só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das escolhas e das oportunidades do indivíduo, possibilitando uma vida longa, saudável, com acesso a recursos necessários para um nível de existência digno da geração atual e futura. Diverge das outras teorias tradicionais por considerar o desenvolvimento como expansão das liberdades, para Sen (2000) as liberdades tem cinco níveis conforme exposto a seguir.

Liberdades instrumentais que incluem: a) oportunidades econômicas; b) liberdades políticas; c) serviços sociais; d) garantia de transparência e e) segurança protetora.

⁹ Baseado em SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

A liberdade é o núcleo do desenvolvimento porque faz a avaliação dos alargamentos, dos horizontes pessoais e também porque é ela que indica a eficácia do desenvolvimento das pessoas.

Ter rendimentos altos e liberdade de viver bem, e por muito tempo, diverge de país para país no pensamento do autor.

Assim os afro-americanos ricos dos Estados Unidos embora tenham uma renda invejável vivem menos que povos considerados pobres como: Chineses, Indianos e Africanos.

A falta de liberdade conduz a privações que podem ser de alimentos, nutrição adequada, cuidados de saúde, de água potável e saneamento, de educação eficiente, de emprego rentável, de segurança econômica e social e de direitos cívicos e políticos.

Assim o desenvolvimento econômico está ligado aos direitos democráticos e liberdades e um ajuda o outro. Dessa forma, a fome, epidemias e calamidades são evitadas ou contornadas quando de origem natural.

Olhar o desenvolvimento como uma integração do crescimento das liberdades concretas, unidas entre si, permite a avaliação simultânea de várias instituições diferentes que inclua o mercado, governo, partidos, ONG's, sistema de educação, saúde comunicação, planejamento familiar, cuidados infantis, conservação do meio-ambiente e da cultura. Desta forma liberdade não é apenas o fim principal, mas também o meio principal do desenvolvimento. Concatenando com um enfoque multidimensional característico da terceira geração dos pensadores sobre desenvolvimento.

É como privação das potencialidades básicas é que a pobreza deve ser encarada, embora reconheça que rendimentos insuficientes levam a uma vivência empobrecida. Mas a simples redução da pobreza de rendimentos não pode ser o objetivo de uma política contra a pobreza, porque o ser humano normal sentir-se-á humilhado por lhe faltar o trabalho, a ocupação produtiva.

Quanto à discriminação feminina Sen a considera negadora da liberdade e realça seu papel na redução da mortalidade infantil e controle populacional. Não haverá desenvolvimento, como liberdade, se a economia política de uma nação não valorizar e reconhecer o trabalho e a participação feminina. É ampliando mais liberdade para as mulheres e não menos, que se consegue estabilizar o crescimento populacional de um país pobre e seus altos índices de mortalidade, fome e analfabetismo.

De acordo com Sen mesmo os países ricos lutam com o tema do desenvolvimento. Nos Estados Unidos são os déficits, a necessidade de manter empregos, evitando crescimento inflacionário e a falta de segurança médica. Na Europa a falta de emprego e a manutenção das benesses sociais. Na Índia o analfabetismo. No sudeste da Ásia o sistema financeiro e a exploração excessiva do trabalho humano e infantil.

6. O desenvolvimento econômico na visão do grupo cepalino: Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto¹⁰ e Raúl Prebisch¹¹

¹⁰ Baseado em CARDOSO, F. H., FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina. In: v. 2, capítulo II, **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL** Org. Ricardo Bielschowsky. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 497-519.

Para se falar das ideias econômicas de Prebisch, Cardoso e Faletto é interessante falar da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão das Nações Unidas com sede em Santiago do Chile. A CEPAL é uma comissão que reúne grandes nomes do pensamento desenvolvimentista latino-americano. Seus pressupostos embasavam-se na industrialização como o principal caminho para superação do subdesenvolvimento dos países da América Latina.

Um de seus mais notáveis trabalhos de autoria do economista argentino Raul Prebisch que defende o abandono do que seria a divisão do trabalho internacional na América Latina sendo vista como a “periferia” da economia mundial, ou seja, apenas como “produtora de matérias-primas para os grandes centros industriais”, e indicava-se o caminho da industrialização como forma de substituir as importações pelo aumento do mercado interno.

Desde o começo a CEPAL foi uma instituição que não apenas analisou decisões para incentivar o desenvolvimento da América Latina, mas que se preocupou em formar o espírito público sobre a realidade e pobreza na América Latina.

Tal fala é corroborada por Prebisch (2000: 68), “Como nenhuma outra instituição, a CEPAL encontra-se preparada para identificar e analisar as complexidades das economias e sociedades latino-americanas nessa virada de milênio.”

Assim a CEPAL, através de Prebisch e depois Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, sugeriram que o atraso regional se devia as desigualdades de intercâmbio entre um centro e (países industrializados) e a periferia (produtora e exportadora de *comodites*).

Raúl Prebisch e Celso Furtado¹² propuseram então, que a América Latina deveria se industrializar a partir da criação de indústrias capazes de substituir alguns produtos importados e pelo aumento do mercado interno. Um dos episódios da história nos diz que as enxadas dos trabalhadores rurais até a época do governo Juscelino Kubitschek eram importadas e existiam apenas três marcas. Eles achavam que neste caso caberia ao Estado um papel ativo e não uma postura à “*laissez-faire*”.

Enquanto Furtado e Prebisch chamavam a atenção do primeiro mundo com sua teoria do subdesenvolvimento, Cardoso e Faletto (2000) lançam a Teoria do “Capitalismo Associado-Dependente” que é uma complementação dos estudos feita por eles, ou seja, já que os países latino-americanos não têm uma burguesia nacional forte só lhes resta associarem com o sistema dominante e aproveitar as frestas que o sistema capitalista internacional permite seja desenvolvido na região.

Para Cardoso (2000: 518):

¹¹ Baseado em PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: Ricardo Bielschowsky (org.) **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**, vol. 1, CEPAL/COFECOM, São Paulo: Record, 2000, p. 69-136.

¹² Mesmo tratando-se um texto de Prebisch, julgamos importante citar Celso Furtado, uma vez que, em nossa opinião, ele completou as teorias de Prebisch, clareou-as e as enriqueceu. Assim, acreditamos que ao falar de Prebisch estamos falando, também, de Furtado. Embora, neste estudo optou-se por não abordar as ideias de Furtado, pois, julgamos necessário que este deva merecer um estudo em específico dado sua riqueza de análise para o desenvolvimento e o subdesenvolvimento.

Não é exagerado afirmar que é necessário todo um esforço novo de análise a fim de redefinir o sentido e as funções que as classes sociais têm no contexto estrutural da situação de subdesenvolvimento e as alianças que elas estabelecem para sustentar uma estrutura de poder e gerar a dinâmica social e econômica.

Segundo Cardoso e Falleto (2000) a colaboração já vinha ocorrendo desde os anos 50 quando as multinacionais começaram a investir nas indústrias latino-americanas, desmentindo assim que o imperialismo se opunha a industrialização dos subdesenvolvidos.

Cardoso e Falleto (2000) monta uma análise integrada do desenvolvimento colocando como problemática o controle e a decisão do sistema econômico, ou seja, nas disputas em torno da produção e distribuição do excedente econômico.

Assim, a ideia principal consiste em afirmar que as raízes do subdesenvolvimento estão na ponte entre dependência externa e exploração interna, e não sobre uma suposta falta de capital, tecnologia ou valores modernos. Essa discussão deu-se através das contribuições do pensamento estruturalista conduzido por Prebisch, Cardoso, Falleto, Furtado e outros.

A CEPAL apresentou ao longo do tempo:

- 1) Teorias para incentivar/desobstruir a industrialização (década de 50);
- 2) Teoria para reorientar o estilo de desenvolvimento e homogeneização social (década de 60);
- 3) Diversificação pró-exportadora (década de 70);
- 4) Superação do endividamento externo por meio do ajuste com o crescimento;
- 5) Transformação produtiva com equidade (década de 90);
- 6) Divulgou os extremos da concentração da riqueza e necessidade da proteção social ante o futuro (2000 – 2006).

A CEPAL não foi imune às críticas capitalistas quando a esquerda viu nas teorias de Furtado, Prebisch e Cardoso a salvação para a estagnação Latino-Americana enquanto a direita temia um fortalecimento do estatismo e do esquerdismo.

Atualmente a CEPAL não é um centro de excelência onde os problemas econômicos dos americanos pobres são analisados. Nisto foi substituída por excelentes universidades e pesquisadores capazes de substituir e superar o órgão em questão. Contudo a CEPAL continua exímia no que se dedica: fazer análises comparativas do que ocorre na região e do que funciona e do que não funciona na América Latina e no Caribe. Nisso ela supera as universidades, pois não se restringe em nível nacional.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal como os historiadores, os economistas buscam, a partir de novos enfoques, encontrar explicações lógicas, coerentes e comprováveis das causas da riqueza e pobreza dos países.

Ao fazê-lo alguns se apoiaram em Marx; outros, em Adam Smith e, outros, em Keynes. Há um grupo ainda que transita entre um profundo desenvolvimento do senso da liberdade e do

humanismo enquanto outros o fazem de maneira descontraída, mas, ao mesmo tempo, de forma didático-científica, centrados em pesquisas relevantes.

Os autores são favoráveis a intervenção do Estado no processo de desenvolvimento econômico, em maior ou menor grau. Contudo não atribuem, unicamente, à presença do Estado as razões do sucesso.

Dois autores se destacam sobremaneira no tocante a explicação dada à origem da riqueza: primeiro, Ja-Hoon Chang que a partir de uma perspectiva histórica aponta as práticas dos economistas clássicos e as instituições pelos seus países geradas como causadora da pobreza e segundo, Amartya Sen que ultrapassando as curvas, índices, tabelas e cálculos matemáticos chegou ao Homem que é realmente para ele o que tem valor: a liberdade.

Myrdal, tão admirado pela juventude dos anos 60, ao lado de Presbisch e Furtado, demonstra sua preocupação com o homem e a pobreza desde a época em que a Suécia implantava o “Estado-providência”, mas não abandonou a noção de mercado nem a necessidade de um Estado forte.

Apesar da seriedade e peso dos diversos pensadores, todavia não foi possível eliminar os quistos de pobreza presentes nos países subdesenvolvidos, nem tornar menos tensa a vida dos cidadãos do primeiro mundo. Isto porque até hoje nenhuma receita se tornou eficaz.

Alguma lacuna foi omitida ou pulada por quem deu a receita ou por quem a implantou na prática.

Ricos e pobres continuam a se opor, discutindo preços, subsídios e tarifas das *comodites* produzidas em seus territórios. Ricos e pobres continuam a se acusarem sobre o tratamento dispensado ao meio ambiente, ao lixo atômico e ao trabalho infantil, escravo e clandestino.

Todavia a pobreza existe e o atual adensamento das populações periféricas em países do centro demonstra a importância e o tamanho do problema.

Assim, da clivagem¹³ dos elementos constitutivos da questão espera-se a solução para o desnível gritante entre pobres e ricos.

Considera-se que na última metade deste século, o desenvolvimento é um conceito em construção e também temos a consciência de que o desenvolvimento não se restringe a aspectos técnicos ou econômicos, mas, sobretudo, implica numa transformação da sociedade.

Abaixo segue um quadro síntese do cenário analítico proposto neste estudo **Quadro 01**.

Quadro 01. Síntese do cenário analítico dos teóricos do subdesenvolvimento

Teórico	Obra analisada	Abordagem	Ponto Central de Análise	Superação
---------	----------------	-----------	--------------------------	-----------

¹³ Do cruzamento de diversas teorias poderá se revelar a face final do problema.

Ja-Hoon Chang	<i>Chutando a escada: uma estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica.</i>	Institucional	“Quando um país chega ao topo, chuta a escada para impedir o acesso dos outros.”	Abrir os olhos e enxergar novos mercados é, segundo Chang, a alternativa dos países em desenvolvimento para escapar da fúria capitalista dos ricos.
Amartya Sen	<i>Desenvolvimento como liberdade</i>	Humanista social	Abordagem das capacidades que o desenvolvimento de um país está essencialmente ligado às oportunidades que ele oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania	O indivíduo como agente do desenvolvimento.
Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto	<i>Dependência e desenvolvimento na América Latina</i>	Cepalina, estruturalistas e dependência.	As raízes do subdesenvolvimento estão na ponte entre dependência externa e exploração interna	Intervenção estatal, através de políticas.
Raul Prébisch	<i>O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais.</i>	Cepalina, estruturalistas.	Centro X periferia Deterioração dos meios de troca Industrialização por substituição de importação	Industrialização.
Gunnar Myrdal	<i>Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas</i>	Institucionalista.	Causação circular e acumulativa: a pobreza ou as dificuldades tendem a mudar de local e se concentrarem quando a situação problema se apresenta.	Estado do bem-estar social.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2016.

8. BIBLIOGRAFIA

- CARDOSO, F. H., FALETTO, E. (2000). Dependência e desenvolvimento na América Latina. In: Ricardo Bielschowsky (org.) *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, vol. 2, CEPAL/COFECON, São Paulo: Record, p. 497-519.
- CHANG, HA-JOON. (2004). *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. UNESP: São Paulo, 2004.
- GUMIERO, R. F. (2011). *Diálogo das teses do subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal com a teoria do desenvolvimento de Celso Furtado*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP.
- MYRDAL, G. (1960). *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 2. ed. Saga: Rio de Janeiro.

PREBISCH, R. (2000). O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: Ricardo Bielschowsky (org.) *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, vol. 1, CEPAL/COFECON, São Paulo: Record, p. 69-136.

SEN, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

VERGARA, S. C. (1998). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas.